

PROTAGONISMO NEGRO, CIDADANIA E DESIGUALDADES RACIAIS NO BRASIL

GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio. *Da nitidez e invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. 380p.

Aqueles que almejam estudos capazes de reproduzir modelos teóricos e análises esquemáticas, ou estejam ciosos em encontrar explicações generalizantes da história lerão, provavelmente, com certo estranhamento e, talvez, desconforto, este livro, que reúne, em torno do eixo temático da pós-abolição, artigos antes publicados pelos já conhecidos historiadores Flávio dos Santos Gomes (este, em três deles, fez parceria com outros autores) e Petrônio Domingues. O livro destaca-se pelas pesquisas empíricas inovadoras e pelo domínio da historiografia brasileira e estrangeira e, por isso, torna-se bibliografia fundamental, sobretudo, pela recusa dos paradigmas e pressupostos explicativos tradicionais que engessam a compreensão ou mesmo invisibilizam a experiência negra e suas complexas dimensões na formação econômica, cultural, política e social do Brasil.

O livro está organizado em doze capítulos, que não seguem uma cronologia fixa, abrangem temas variados mas não excludentes e en-

fatizam o protagonismo negro em diversas dimensões e diferentes escalas de análise. Nessa perspectiva, um dos maiores méritos da obra reside exatamente em reunir, no mesmo volume, ampla diversidade temática, uns capítulos com abordagens mais historiográficas ou teóricas, outros de caráter mais empírico. Assim, leitores interessados na pesquisa histórica poderão ter em mãos, de uma só vez, textos com *insights* luminosos que versam sobre a formação da classe trabalhadora brasileira, militantes e intelectuais negros, cultura negra, política, comunidades quilombolas, educação e mobilização antirracista, racismo e cidadania negra, entre outros. A importância dessa obra não está apenas na sua diversidade temática, mas na maneira como os autores apresentam os avanços das pesquisas sobre alguns temas, na forma como problematizam discussões aparentemente consolidadas, trazendo sugestões inovadoras para sua investigação e aprofundamento.

Flávio dos Santos Gomes abre o conjunto de artigos deste livro. Em

parceria com Antônio Luigi Negro, o primeiro capítulo adentra senzalas e fábricas para demonstrar a dinâmica, as diversas tradições, a complexidade e a heterogeneidade que marcaram o processo de formação da classe trabalhadora brasileira durante a escravidão e nos anos pós-emancipação, chegando à era Vargas e à consolidação das leis trabalhistas (CLT). Os autores contribuem para demolir, uma vez por todas, interpretações que, em busca da gênese de uma suposta “modernidade”, excluíram do foco de visão trabalhadores negros e migrantes, que moldaram a constituição da classe operária no Brasil. Assim, destacam a importância dos estudos de História Social que contemplam a pluralidade e, mesmo, as diferenças internas da classe trabalhadora, reflexões que impõem mais desafios analíticos e menos esquemas pré-concebidos.

Conjugando um leque amplo de fontes documentais, Flávio Gomes oferece um estudo cuidadoso e revelador acerca da reconfiguração de identidades transnacionais nos mocambos e quilombos nas fronteiras da região amazônica (capítulos 3 e 4). Ao contestar a tese do isolamento desses agrupamentos de fugitivos, uma vez que estabeleceram relações comerciais e econômicas bem-sucedidas com a sociedade envolvente, o autor destaca como mocambeiros africanos e trabalhadores indígenas, além de desertores do exército e diversos outros grupos subordinados mantiveram contatos, inclusive que

terétnicos, que resultaram em conflitos, em redes de solidariedade e alianças, ainda que circunstanciais, até mesmo com comunidades negras estabelecidas para além das fronteiras nacionais, a exemplo do Suriname. Aliás, as autoridades brasileiras viam essas relações de contato, trânsito e cooperação entre fugitivos — que trocavam informações sobre rotas de fuga e itinerários no desconhecido território amazônico — como temerárias e perigosas, pois dificultavam sua repressão.

No capítulo “Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição”, por exemplo, Petrônio Domingues analisa minuciosamente a historiografia mais recente produzida no Rio Grande do Sul para demonstrar o quanto estavam equivocados os estudos tradicionais que privilegiaram a presença e contribuição dos descendentes de imigrantes europeus na formação sociocultural, ao passo que relegaram à invisibilidade a presença da população negra naquela região. Por meio de pesquisas produzidas por historiadores sulistas, algumas mais conhecidas, a exemplo das realizadas por Beatriz Loner e Benito Schmidt, ou não tão conhecidas, como as de Eliane Peres e Fernanda Oliveira da Silva, os autores contestam o argumento do “suposto caráter europeu” do Rio Grande do Sul e, mais que isso, problematizam a tese da “exclusão” e do desajustamento do negro pós-abolição no Brasil. Nessa empreitada, emergem biografias que

reconstituem trajetórias individuais e experiências coletivas de negros atuando, de diferentes formas e em diversas frentes, nas brechas da sociedade brasileira, nos anos que se seguiram à extinção legal da escravidão no país. É assim que emerge a história de Dario Bitencourt, homem negro, formado em Direito, professor universitário, que, nas primeiras décadas do século XX, se notabilizou por sua atuação na área acadêmica, na militância e na imprensa negra. E ele não constituiria o único dentre os “homens de cor”, como denomina o autor, a se destacar, seja por sua trajetória pessoal de mobilidade social, apesar das dificuldades, seja por sua atuação no mundo das letras ou da militância na promoção e no desenvolvimento social de outros tantos “homens de cor”.

Nessa perspectiva, os autores mostram a atuação proativa de diversos indivíduos negros no campo da política institucional, na consistente produção intelectual, na construção de associações e entidades recreativas e profissionais que visavam a promover melhorias e combater as desigualdades raciais. Desse esforço interpretativo, emerge uma multiplicidade de histórias, com dramas, enredos, tramas, dilemas, desafios, tensões e contradições que envolviam as experiências dos negros naquele período nos quatro cantos do país.

O que dizer, por exemplo, no capítulo 5, escrito por Petrônio Domingues, da história de Manoel da Motta Monteiro Lopes? Homem

negro, nascido, em 1867, no Recife onde se formou pela Faculdade de Direito, tendo-se transferido, em seguida, para o Rio de Janeiro, onde se estabeleceu como advogado e se aproximou de diversas associações cariocas profissionais e de “homens de cor” naquela cidade. Impressiona, mais que isso, o fato de Monteiro Lopes, a despeito de todas as barreiras que lhe foram impostas, aproveitar-se de algumas brechas da sociedade brasileira para entrar na disputa política e, ainda, eleger-se deputado federal em 1909.

O fato de se sair bem nas eleições não garantiria a Monteiro Lopes a certeza de ser empossado naquele cargo eletivo, pois obstáculos foram colocados para que não assumisse o posto. Ademais, conforme demonstra Domingues, o político e ativista negro foi alvo de intensos ataques e ofensas declaradamente racistas que apontavam sua tez escura, sua origem social e, até mesmo, sua possível origem escrava. Se, por um lado, o preconceito encontrava eco no temor de que o poder político ficasse “todo preto”, por outro, negros de várias partes do país encabeçaram uma campanha de repercussão nacional que, além de exigir que fosse garantido a Monteiro Lopes o direito de assumir sua cadeira de deputado federal, forjavam identidades em torno da luta antirracista e encontravam aí também a oportunidade para reivindicar mais cidadania para todos, indistintamente, na sociedade brasileira.

Pelas mãos dos autores, somos levados a enxergar os bailes dançantes, os variados jornais, as associações ou agremiações como espaços fundamentais de politização e formação de uma cultura política dos “homens de cor” brasileiros nas primeiras décadas do século XX, conforme se observa no capítulo 6, escrito por Flávio Gomes. Somos, também, por intermédio de Petrônio Domingues, no capítulo 9, conduzidos a pensar outras trajetórias, por vezes contraditórias como quaisquer experiências sociais, mas não menos importantes, dos homens negros na década de 1930, até então desconhecidas por grande parte da historiografia brasileira. É o caso, por exemplo, de Isaltino Veiga dos Santos, uma liderança na Frente Negra Brasileira e na organização de outros espaços associativos dos “homens de cor”, que, por caminhos tortuosos ainda não devidamente esclarecidos, esteve sob a mira da repressão da Delegacia de Ordem Política e Social (DEOPS) na década de 1930, anos difíceis instaurados pela ditadura do governo de Getúlio Vargas.¹ Recusando explicações generalizantes, Domingues parte da microanálise para revelar a atuação, as escolhas, os desvios

¹ Sobre a repressão no período Vargas e nos anos posteriores, consultar John French, “Proclamando leis, metendo o pau e lutando por direitos: a questão social como caso de polícia, 1920-1964”, in Silvia H. Lara e Joseli Maria N. Mendonça (orgs.), *Direitos e justiça no Brasil* (Campinas: Editora da Unicamp, 2006), pp.379-416.

de rota, os percalços, as estratégias do militante Isaltino Veiga dos Santos e sua comovente experiência de encarceramento pelos órgãos de repressão varguista, sob a acusação de manter relações com o comunismo e, por isso, significar uma ameaça à ordem pública. A história do militante negro, como outras tantas trajetórias negras, certamente não consta na maioria dos estudos que abordam os anos da era Vargas. Por isso, insisto, este livro ganha tanta importância no campo de produção do conhecimento histórico.

Para além da militância e atuação individual em diversas esferas da sociedade, o livro também enfatiza como os “homens de cor” brasileiros estavam atentos à criação cultural da diáspora africana em dimensões transnacionais. A comunidade negra brasileira recebeu, leu e traduziu no Brasil, a seu modo e a partir de suas diferentes expectativas, determinados elementos da produção cultural dos afro-americanos, a exemplo da dança *charleston*. Como bem demonstra Domingues no capítulo 7, os afro-brasileiros não eram meros receptores da “invenção” cultural dos negros norte-americanos como comumente era dito. Ao contrário, foram capazes de pautar, avaliar, rejeitar e, mesmo, incorporar e difundir, de forma crítica e criativa, elementos da cultura negra americana nos seus bailes, no cinema e no teatro brasileiros.

Se a apropriação da “invenção” cultural dos afro-americanos pro-

vocou discussões dentro e fora da comunidade negra brasileira, Flávio Gomes, no capítulo 8, chama a atenção para um outro ângulo dessa conexão: a possibilidade de imigração de negros oriundos dos Estados Unidos para o Brasil, que teve grande repercussão e gerou intensos debates. Influenciados por teorias racialistas que asseguravam a degeneração por meio da mestiçagem, não faltou, no parlamento brasileiro, quem ressaltasse as vantagens da imigração europeia e defendesse projetos que restringissem ou eliminassem a imigração negra para o país na década de 1920. Outros, ainda, também condenavam a imigração de afro-americanos sob o argumento de que seriam portadores do ódio racial presente nos Estados Unidos e, portanto, constituiriam uma ameaça à ordem e à harmonia racial que supostamente predominavam nas relações sociais brasileiras. Ao que parece, esse debate tomou fôlego também na imprensa brasileira, inclusive com repercussões na imprensa negra.

Gomes lembra, ainda, a necessidade de pesquisas empenhadas em entender a multiplicidade de sentidos verificados nas falas dos intelectuais negros acerca dessa questão. De todo modo, o autor alerta que, para tratar dessa complexa discussão a partir de fontes produzidas por seus contemporâneos, é importante levar em consideração perspectivas de restrição de direitos, expectativas pessoais e coletivas, mobilizações

por acesso ou ampliação da cidadania, ideologias de dominação e a dinâmica das relações raciais que desafiavam a comunidade negra tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil. Esses aspectos certamente devem ter influenciado o posicionamento, por vezes controverso, dos “homens de cor” brasileiros sobre a apropriação cultural do *charleston* e a “imigração negra” para o Brasil.

A propósito, convém destacar como os autores conseguem analisar, discutir e articular simultaneamente, em um mesmo capítulo, temas caros à historiografia brasileira como a questão racial, o pós-abolição e perspectivas de cidadania e de modernidade no Brasil, como é feito no capítulo 12, de Flávio Gomes em parceria com Marcelo Paixão. Sabemos que esses debates, por vezes, são encarados como espinhosos e complexos, primeiro, porque há teses tradicionais ou explicações generalizantes que, a despeito das evidências históricas, teimam em assegurar que a experiência dos afro-americanos nunca se aplica ao caso brasileiro e que, por isso, “raça” seria uma categoria inválida para analisar as relações sociais no Brasil; segundo, porque a questão racial e as discussões sobre cidadania engendram bandeiras de luta e servem de combustível para a mobilização política de negros em prol da eliminação de assimetrias sociais e da reparação por desigualdades históricas.

Os autores encaram a tradição, na Sociologia brasileira, que afirma

que, no Brasil, poderia até existir discriminação ou preconceito racial, mas não se operava com a categoria “raça”. Um dos desdobramentos dessa “verdade histórica” seria invocar a popularidade de um discurso da miscigenação, em detrimento do discurso de construção de identidades raciais no Brasil. Mas, como assim? Seriam, então, as relações sociais brasileiras depuradas e des-tituídas de sentidos, práticas e dinâmicas baseadas na questão racial? É um ledor engano, advertem-nos os autores desta obra.²

Em contraponto à “ideologia da desracialização” que acompanha a ideia de construção da nação brasileira, os autores demonstram, por intermédio de evidências históricas, como, no contexto da abolição, em que emergiram diferentes projetos políticos, estiveram em jogo diversas expectativas em torno da liberdade e da cidadania, e de que maneira a questão racial definiu as experiências dos indivíduos, estabelecendo realidades e consolidando estruturas de desigualdades sociais durante a monarquia e a república. A obra, nesse ponto, ganha mais relevo, pois encara o desafio de demonstrar como, historicamente, a questão racial, embora apareça quase *invisível* ou *silenciada* do

ponto de vista dos argumentos jurídicos e mesmo políticos, constituía um vetor importante de reprodução das desigualdades sociais no Brasil (capítulos 1, 3, 4, 8 e 12, de Flávio Gomes ou deste em coautoria). Nessa perspectiva, identificam “formas discursivas, silêncios, narrativas e práticas de impedimento à plena cidadania que não usavam necessariamente argumentos raciais, mas excluía em termos raciais” (p.307).

Os autores não estão sozinhos quando explicam as peculiaridades de um processo histórico no qual foi possível juntar, habilidosamente, numa mesma fórmula, a sedutora “ideologia de desracialização” da sociedade brasileira ao argumento da inexistência de instrumentos legais de segregação racial. Eles demonstram que os mecanismos de exclusão e discriminação da população negra seguiram nitidamente lógicas raciais. Aliás, essa peculiaridade das relações raciais no Brasil levou o antropólogo Kabengele Munanga a argumentar, dentre outros aspectos, que o “nosso racismo é um crime perfeito”, na medida em que se pratica amplamente numa sociedade em que, ao mesmo tempo, se recusa a reconhecê-lo como tal.³ Isso, a seu ver, dificulta o processo de combate ao racismo no país.

² Ver também Wlamyra R. de Albuquerque, *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

³ Consultar entrevista em <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2012/02/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito/>>.

Com dificuldades, resultado de um longo processo de politização, ativistas e movimentos sociais negros, ou indivíduos sem qualquer vínculo militante, além da “academia”, têm recorrentemente pautado o problema da discriminação racial e do racismo no Brasil, seja ele velado ou aberto. Gradativamente, essas pessoas e instituições têm denunciado, por exemplo, os casos de racismo por detrás de muitas abordagens policiais, suspeições generalizadas ou linchamentos públicos, as ofensas de cunho claramente racista nos estádios de futebol, as mais sutis ofensas nas produções televisivas, no cotidiano do trabalho, da escola etc., que desumanizam a experiência de homens e mulheres negras,

reproduzindo e aprofundando as desigualdades.

Por fim, inúmeras razões me fazem destacar, mais uma vez, a importância dos estudos de Flávio dos Santos Gomes e Petrônio Domingues reunidos neste livro. Uma das principais, a meu ver, é o fato de este livro despertar frentes de pesquisa a partir de perspectivas sofisticadas e empolgantes, capazes de fomentar novos estudos que contribuam para uma melhor compreensão da sociedade brasileira e de seus dilemas. No mais, e não menos relevante, é fundamental dizer que se trata de um livro que cumpre também um papel na agenda política dos movimentos sociais negros, ciãos de se reconhecerem como protagonistas da história do Brasil.

Robério Santos Souza
roberiossouza@gmail.com
Universidade do Estado da Bahia